



Debate de actualidade sobre o Teatro Maria Matos

Intervenção da deputada municipal do PEV Cláudia Madeira
Assembleia Municipal de Lisboa, 16 de Janeiro de 2018

Iniciamos este debate quando acabaram de ser rejeitadas recomendações pela gestão pública do Teatro Maria Matos, tendo ficado clara a posição de cada força política sobre esta matéria. Por parte dos Verdes não temos quaisquer dúvidas e continuaremos a rejeitar a entrega da gestão deste teatro a privados.

Mais uma vez estamos a discutir concessões a privados, o que traduz bem as opções do PS para a cidade. De facto, nos últimos anos este tem sido um assunto muito frequente e Os Verdes sempre condenaram estas decisões.

Concretamente sobre o Teatro Maria Matos há, desde logo, vários aspectos a ter em conta.

Se até agora tem sido possível fazer deste teatro uma referência, não há uma explicação lógica nem se conhece qualquer estudo para esta decisão. Do ponto de vista financeiro aparentemente nada dos indica que a Câmara não possa manter a sua gestão.

Relembramos que Os Verdes entregaram um requerimento a solicitar explicações sobre esta decisão, concretamente sobre o futuro dos trabalhadores, assim como o plano para a rede de teatros da cidade.

Esta intenção foi conhecida através de um jornal, numa entrevista da Senhora Vereadora da Cultura, sem ser debatida nos órgãos municipais e sem envolver os agentes culturais e os trabalhadores, o que é, no mínimo, de lamentar. Não houve qualquer debate, antes ou depois do anúncio, sobre a rede de teatros nem especificamente sobre este teatro.

Sra. Vereadora, curiosamente, é-nos entregue hoje, já no decorrer desta sessão, uma nota de informação, que mesmo assim, pouco ou nada informa!

Já no dia 19 de Dezembro trouxemos este assunto à Assembleia e várias questões ficaram por responder e os eleitos, os trabalhadores e a população em geral têm direito à informação.

É também curioso que sobre isto o PS nada tenha dito durante a sua campanha e no programa eleitoral e nem sequer conste nos documentos estratégicos do município para 2018.

Esta situação é idêntica à do Capitólio, que depois de ter sido reabilitado com fundos públicos, foi entregue a privados, sem qualquer fundamento. Também na altura, condenámos esta decisão e era preciso que este exemplo não se voltasse a repetir.

Sobre o Teatro Maria Matos, falamos de um teatro que funciona bem e em pleno crescimento, que criou dinâmicas e públicos, com uma programação coesa, que tem



coexistido com outros teatros sem qualquer problema, e que nos últimos anos tem tido investimentos consideráveis em termos de formação, de aquisição de equipamentos, de obras de requalificação, sendo o único “Teatro Verde” da cidade.

A Câmara simplesmente vira costas a um trabalho desenvolvido e consolidado, que ainda poderia crescer.

É preciso que o executivo assuma que a gestão deste equipamento é uma prioridade mas, em vez disso, demite-se das suas funções.

Se o objectivo é resgatar lugares associados à cultura e diversificar a oferta cultural da cidade, a solução não tem que passar por abdicar deste espaço.

E não é pelo facto de a cidade ganhar dois teatros, que é positivo, que pode dispensar a gestão de um espaço tão importante como o Maria Matos, até porque não há espaços a mais, pelo contrário. Além disso, o Teatro do Bairro Alto não é municipal e terá que ser arrendado.

Comprendemos que se faça uma reestruturação dos teatros da cidade, mas sempre que o executivo reestrutura, privatiza, e isso é que está errado.

Comprovando a importância que o Teatro Maria Matos adquiriu na cidade, foi ontem entregue uma petição pela sua gestão pública, assinada por mais de 2500 cidadãos, que saudamos pela iniciativa, mostrando claramente que não concordam com este processo e com esta decisão.

Perante estes dados, o executivo ainda vai a tempo de recuar e de fazer o melhor para a cidade. É possível impedir que esta decisão venha a ser posta em prática, basta que haja vontade política!

Para terminar, chamamos a atenção para o facto continuarem ainda por esclarecer alguns aspectos:

- Por que razão anuncia a Câmara esta decisão antes de ser conhecido qualquer estudo?

- E por que não houve previamente qualquer debate ou informação dada aos órgãos municipais, e só agora vai o executivo entrar em contacto com os trabalhadores?